

**GREVE
NACIONAL
DOS DOCENTES
FEDERAIS 2015****UFMT****ANDES**
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS

NEGOCIAÇÃO AVANÇA NOS BENEFÍCIOS, MAS MPOG MANTÉM PARCELAMENTO DO REAJUSTE



Em reunião com o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (SPF's), no dia 20/07, a Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (SRT/MPOG) manteve a proposta de reajuste salarial de 21,3%, parcelado em quatro anos. Mas, apesar da falta de avanço no índice de reposição do poder de compra dos SPF's, a força da mobilização das categorias do funcionalismo pressionou o governo a apresentar resposta a outros itens da pauta, como a revisão dos benefícios, de acordo com a inflação acumulada no período, incluindo o ano de 2015.

Para os auxílios alimentação e saúde, sem reajuste há três anos, o governo propôs correção de 22,8%; o primeiro passaria a ser de R\$ 458 e o último proporcional por faixa etária, sendo o mínimo R\$ 101 e o máximo R\$ 205. Já o auxílio creche, desde 1995 sem correção inflacionária, o acúmulo representa um reajuste de 317%, variando de acordo com os valores praticados em cada estado.

Segundo Paulo Rizzo, presidente do ANDES-SN, um dos pontos de discussão na mesa foi o fato do governo apresentar uma proposta

que inclui a inflação do ano de 2015 para os benefícios, mas não aplicar a mesma lógica para reajuste dos salários. "A proposta que ele mantém na mesa, de 21,3%, dividido em quatro anos, não repõe nem a inflação do período", criticou. O presidente do ANDES-SN contou que a única novidade em relação à reposição das perdas salariais foi a sinalização por parte do governo da possibilidade do acordo conter uma cláusula de renegociação em 2017, caso a inflação atinja um determinado patamar, o qual não foi definido ainda.

"A reunião demorou porque as entidades pediram vários esclarecimentos em relação a essas contradições e reafirmaram que o governo tem que rever essa proposta, pois, numa negociação salarial, o mínimo a ser apresentado é a inflação do período. Todas as entidades reafirmaram a posição de que não aceitam o reajuste parcelado em quatro anos, porque isso significa corroborar, previamente, com o confisco dos salários e a perda do poder aquisitivo dos servidores", disse.

De acordo com Rizzo, um dos momentos de maior tensão na negociação foi quando o secretário da

SRT/MPOG, Sérgio Mendonça, afirmou que o acordo era um pacote, vinculando os reajustes nos benefícios à aceitação do parcelamento da reposição salarial. Os servidores cobraram também resposta aos outros itens da pauta unificada de reivindicações, como a negociação coletiva, liberação de dirigentes para atividade sindical, entre outros.

"Isso é o jogo da negociação. Agora, se nós não chegarmos a um acordo, a responsabilidade de, eventualmente, não ter reajuste para os servidores é integralmente do governo e não dos servidores, porque é o governo que tem o poder de propor reajustes e também de enviar os projetos de lei para o Congresso", afirmou Rizzo.

Durante esta semana, ocorreram algumas reuniões setoriais entre as diferentes categorias do funcionalismo e o MPOG para tratar das pautas específicas. O Fórum deve voltar a se reunir com o Ministério do Planejamento na próxima semana para apresentar uma resposta.

Fonte: ANDES-SN
Créditos Foto: ANDES-SN

QUADRO ATUALIZADO DA DEFLAGRAÇÃO DA GREVE NAS IFES:

Nº	SEÇÃO SINDICAL	IFE	Nº	SEÇÃO SINDICAL	IFE
01	ADUFAC	Univ. Federal do Acre	22	ADUFCG-PATOS	Univ. Federal de Campina Grande - Patos
02	ADUA	Univ. Federal do Amazonas	23	ADUC	Univ. Federal de Campina Grande - Cajazeiras
03	SINDUFAP	Univ. Federal do Amapá	24	ADUFMAT	Univ. Federal do Mato Grosso
04	ADUFRA	Univ. Federal Rural da Amazônia	25	ADUFMAT- ROO	Univ. Federal do Mato Grosso - Rondonópolis
05	ADUFPA	Univ. Federal do Pará	26	CAMPUS GOIÁS	Univ. Federal de Goiás
06	SINDUNIFESSPA	Univ. Federal do Sul e Sudeste do Pará	27	ADCAJ	Univ. Federal de Goiás - Jataí
07	SINDUFOPA	Univ. Federal do Oeste do Pará	28	ADCAC	Univ. Federal de Goiás - Catalão
08	ADUNIR	Univ. Federal de Rondônia	29	ADUFDOURADOS	Univ. Federal da Grande Dourados
09	SESDUF-RR	Univ. Federal de Roraima	30	ADUFMS	Univ. Federal de Mato Grosso do Sul
10	SESDUFT	Univ. Federal de Tocantins	31	SESDIFMT	Instituto Federal do Mato Grosso
11	SINDIFPI	Instituto Federal do Piauí	32	ADLESTE	Univ. Federal do Mato Grosso do Sul - Três Lagoas
12	ADUFERSA	Univ. Federal Rural do Semiárido	33	ADUFF	Univ. Federal Fluminense
13	ADUFAL	Univ. Federal de Alagoas	34	ADUFRJ	Univ. Federal do Rio de Janeiro
14	ADUFS	Univ. Federal de Sergipe	35	ADOM	Univ. Fed. dos V. do Jequitinhonha e Mucuri - Campus de Mucuri
15	ADUFPB	Univ. Federal da Paraíba	36	ADUFLA	Univ. Federal de Lavras
16	SINDUNIVASF	Univ. do Vale do São Francisco	37	SINDFAFEID ou ADUFVJM	Univ. Fed. dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Diamantina
17	APUB	Univ. Federal da Bahia	38	CLG - UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
18	APUR	Univ. do Recôncavo da Bahia	39	ANDES-SN/UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
19	ADUFOB	Univ. Federal do Oeste da Bahia	40	CLG - UNILAB	Univ. da Integ. Intern. da Lusofonia Afro-Brasileira
20	APRUMA	Univ. Federal do Maranhão	41	ADUFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
21	ADUFCG	Univ. Federal de Campina Grande			

COMANDO NACIONAL DE GREVE AVALIA RESPOSTA DO MEC (OFÍCIO 45/15)

A resposta do MEC às reivindicações docentes abstrai o fato de que visões e projetos distintos estão em disputa quanto ao rumo da educação superior brasileira. Os paradigmas firmados na constituição de 1988 vêm sofrendo uma metamorfose interpretativa, mediante políticas governamentais a favor de interesses privados, o que degrada o caráter público das IFE's. São contraditórias as declarações do governo. É inaceitável que o MEC fale sobre criação de vagas enquanto faltam professoras e técnicos em todo o país, assim como estruturação da carreira docente frente às alterações legais e normativas impostas à categoria.

O princípio constitucional da autonomia universitária confere caráter de Estado a essas instituições, o que tem sido rebaixado pela imposição das políticas dos governos. As IFE's vêm sendo compelidas a manter ou instituir fundações privadas para as quais atividades são transferidas. Esse movimento se agrava com a perspectiva, já sinalizada pelo governo, de ampla utilização do regime jurídico privado para assumir atividades até então públicas de ensino, pesquisa e extensão, como o PLP 92/07 e a recente onda a favor das Organizações Sociais (OS). Com a decisão política de extinguir vagas de funcionários de nível de apoio que executavam atividades fundamentais, foi imposta a terceirização através da contratação de empresas agenciadoras de pessoas para exercer esses serviços.

É eloquente para demonstrar as prioridades do governo, a afirmação de dirigentes da Kroton & Anhanguera (corporação internacional que disputa o monopólio do

mercado no ensino superior no país) aos seus investidores, de que o grupo detém a garantia de aproximadamente 50% de sua receita advinda de verbas públicas, principalmente do FIES e PROUNI.

O MEC não respondeu às duas demandas mais importantes apresentadas pelo Andes-SN: criação de novas vagas e reversão da precarização das condições de trabalho nas IFE's. A resposta contradiz totalmente o que ele apresentou na reunião, cortes orçamentários nas verbas de investimentos e de custeio das IFE's. Estes cortes impossibilitam, objetivamente, um planejamento que garanta a conclusão de obras e condições de funcionamento pleno das instituições.

É inconteste que o Executivo tem imposto restrições crescentes à autonomia universitária através de condutas, normatizações e iniciativas legislativas. As IFE's têm sido impedidas de utilizar os saldos orçamentários de exercícios findos, pois estes são recolhidos ao caixa único da União, com justificativa de não existência de superávit. A política econômica prioriza a reserva destes valores para o pagamento da dívida. A reivindicação do Andes-SN que exige movimentos concretos do governo no sentido de remover normatizações e condutas que limitam a autonomia das universidades não foi tocada na resposta do MEC.

Em 2012, não houve qualquer acordo com o Andes-SN sobre a reestruturação da carreira. O governo desqualifica o acordo assinado em 2014, pelo então secretário de Educação Superior, Paulo Speller, que aceita os aspectos conceituais da proposta

do Andes-SN e reconhece o aprofundamento da desestruturação da carreira docente. Nas últimas modificações legais impostas pelo governo, houve a revogação dos conceitos e vínculos garantidores de direitos, reduzindo tudo a referenciais remuneratórios das tabelas anexas às leis em valores nominais sem evolução lógica entre classes, níveis, regimes de trabalho e titulações. Isso agravado pela exclusão do valor referente à titulação do corpo do vencimento, e pela discriminação da amplitude dos degraus salariais para distanciar a maioria dos aposentados de sua posição relativa ao topo da carreira.

Historicamente, temos cobrado que o MEC se assumia, como interlocutor do governo, todas as questões que envolvem as IFE's. No entanto, sobre as questões salariais, ele se evade da responsabilidade. Se "a matéria é de competência do MPOG", fica difícil entender como é que "o MEC trabalha na política de valorização docente".

É essa política que conflita com o eixo organizador das reivindicações dos docentes que precisa ser revertida, pois tem levado à precarização do trabalho docente, à desestruturação da carreira, à desvalorização salarial, aos cortes orçamentários e à crescente violação da autonomia universitária. Por isso tudo, os docentes reafirmam e ampliam a greve, exigem negociação efetiva e respostas concretas do governo à pauta já protocolada, em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada.

Resumo das Considerações do CNG sobre o ofício 45/15 SESU/MEC, COMUNICADO 24 de 23/07/15. Fonte: ANDES-SN.

SERVIDORES EM GREVE PROTESTAM DURANTE VISITA DE MINISTRO A CUIABÁ



Servidores federais e municipais em greve fizeram barulho durante a inauguração do Hospital São Benedito em Cuiabá nessa terça-feira, 21/07. O evento teve a participação do prefeito Mauro Mendes, do governador Pedro Taques e do ministro da Saúde, Arthur Chioro, dentre outras autoridades.

Com palavras de ordens, faixas, jograis e um carro de som, manifestantes da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Sindicato dos Médicos (Sindmed) falaram sobre suas reivindicações, evidenciando a posição contrária às políticas de terceirização e privatização do governo federal.

Entre as frases cantadas, ouviu-se: "é ou não é piada de salão? Tem dinheiro pra banqueiro, mas não tem pra Educação!" e "para barrar a precarização, quero saúde, previdência e educação".

Durante todo o ato, prefeito, governador e ministro permaneceram dentro do Hospital.

A reitora da UFMT, Maria Lúcia Cavalli Neder, presente na inauguração, não fez nenhum movimento com relação ao ato dos servidores da instituição que comanda.

Os professores da UFMT estão em greve há quase 60 dias, não havendo nenhuma previsão para a retomada das atividades. Em reunião realizada ontem (20) entre Fórum dos

Servidores Públicos Federais e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o governo voltou a defender a proposta inicial de 21,3% de reposição salarial, parcelada em 4 anos, veementemente recusada pelas categorias. Os trabalhadores do INSS estão em greve desde o dia 07/07 e servidores do IFMT desde o dia 13/07.

Na próxima sexta-feira, 24/07, representantes de outras categorias de servidores federais em Mato Grosso devem se reunir para conversar sobre a formação de um Comando Local de Greve dos Servidores Públicos Federais.

Luana Soutos
Assessoria de Imprensa do Comando Local de Greve da Adufmat

SELIC

Selic é a taxa básica de juros da economia brasileira. Ela é usada, entre outras coisas, para remunerar as aplicações feitas em títulos do Tesouro, isto é, da dívida pública federal. Tem sido considerada pela imensa maioria dos economistas que acompanham o mercado financeiro o principal instrumento de combate à inflação.

Se tomarmos como referência a taxa Selic de dezembro de 2014, veremos que até junho de 2015 ela subiu de 11,75% para 13,75% ao ano. Esse crescimento de dois pontos percentuais sobre uma dívida pública federal de R\$ 2,451 trilhões representa um pagamento extra dos juros da dívida da ordem de R\$ 49 bilhões – valor pouco menor do que o ministro Levy se esforça por amearhar com os cortes nos gastos federais.

Como podemos então compreender essa engenharia, segundo a qual o governo corta fortemente as políticas sociais e reduz o orçamento de todos os ministérios para reunir algo como R\$ 60 bilhões com vistas a garantir os recursos para pagar os juros da dívida pública federal e, ao mesmo tempo, aumentando a Selic, eleva o gasto público em R\$ 49 bilhões?

A primeira constatação é de que não há contenção de gastos; corta-se de um lado para dar para outro. Aumentam os recursos disponíveis para o pagamento dos investidores em títulos da dívida pública federal, diminuem os recursos destinados às políticas públicas, tais como educação, saúde, transportes públicos, moradia, seguro-desemprego, aposentadorias.

O ajuste serve para reduzir o tamanho do Estado e das políticas públicas, e vem acompanhado de um pacote de bondades para o grande empresariado, como o que anunciou

novas concessões e privatizações, em condições ainda mais generosas que as privatizações e concessões anteriores. Por pressão do grande capital, as políticas de Estado em defesa do interesse público precisam ceder espaço para as políticas que atendam às exigências do mercado.

Quem se beneficia desse aumento da taxa de juros? O Tesouro Nacional informa que os detentores dos títulos da dívida pública federal, em junho de 2015, são as instituições financeiras nacionais e internacionais (29,8%); os fundos de investimento nacionais e internacionais (20,3%); investidores estrangeiros, denominados não residentes (18,6%); fundos de previdência (17,1%); seguradoras (4,1%); governo (5,7%); outros (4,4%). Grosso modo, pode-se dizer que mais de 70% da dívida pública federal está nas mãos do setor financeiro nacional e internacional, que se beneficia de um pagamento de juros que não encontra paralelo no mundo inteiro. No ano de 2015, esse valor é estimado em R\$ 337 bilhões, se mantida a taxa de 13,75% ao ano.

Para termos elementos de comparação, o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2015, antes dos cortes, propunha o gasto de R\$ 109,2 bilhões para a saúde, R\$ 101,3 bilhões para a educação, R\$ 65 bilhões para o PAC (no qual entra o Minha Casa, Minha Vida) e R\$ 33,1 bilhões para o Brasil sem Miséria. Tudo isso soma R\$ 308,6 bilhões, quantia R\$ 28 bilhões menor que o dinheiro público que vai pagar o serviço da dívida.²

O argumento utilizado por todo o sistema financeiro, toda a mídia que reproduz as análises desse mesmo setor financeiro e nove de cada dez economistas é de que é preciso elevar a Selic para combater a inflação, a grande ameaça que vai erodir o poder de compra de todos e que deve ser controlada,

não importa a que custo social.

Tal mantra – de que é preciso aumentar a Selic para combater a inflação –, porém, parece desafiado pela realidade. Esse argumento não é verdadeiro, pois os aumentos da Selic incidem em apenas 20% dos componentes da inflação; os 80% restantes são preços sobre os quais a Selic não tem influência. São os preços dos alimentos, que dependem basicamente das variações climáticas, e bebidas (25% do IPCA); serviços, que é um enorme mercado concorrencial (35% do IPCA); e preços administrados, que dependem de decisões de governo, como gasolina e eletricidade.

Se o aumento da Selic não combate a inflação, qual é então a razão do seu aumento? O aumento da Selic, em primeiro lugar, eleva a remuneração do rentismo e beneficia capitais especulativos internacionais de curtíssimo prazo (algo como R\$ 1 trilhão hoje em dia) que inundam de dólares o mercado brasileiro.

Em segundo lugar, essa grande afluência de dólares força a valorização do real, tornando o preço dos produtos importados mais atraente na concorrência com a produção nacional, facilitando as importações, dificultando as exportações, destruindo nossa base industrial em favor das empresas transnacionais e de um capitalismo flexível, que vai buscar os territórios em que a produção tenha o menor custo e quer garantir a abertura dos mercados mundiais, entre eles o do Brasil, para a venda de seus produtos.

Para proteger o emprego, a indústria nacional, o aumento da renda, a expansão do mercado interno, a soberania nacional, o caminho é outro. É baixar a Selic.

Silvio Caccia Bava
Diretor e editor-chefe do
Le Monde Diplomatique Brasil; Editorial 96.

DOCENTES DE CUIABÁ CONCLUEM DEBATE SOBRE A PAUTA INTERNA DE REIVINDICAÇÕES

A resposta do MEC às reivindicações Os professores da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Campus Cuiabá, concluíram o debate acerca da pauta interna de reivindicações da greve que caminha para o segundo mês no dia 20/07. O documento, orientado por mais de 30 pontos amplamente debatidos, será sistematizado e entregue à administração da universidade nos próximos dias.

A quarta e última assembleia geral com pauta exclusiva sobre as reivindicações internas tratou de alguns itens pendentes e da inclusão de outros. Um deles foi a garantia de espaço para representante da Adufmat-Ssind ministrar palestras nos próximos cursos “Docência no Ensino Superior”, oferecidos pela UFMT aos

professores em estágio probatório.

Também foram debatidas, nessa assembleia, questões referentes a publicações científicas em revistas eletrônicas e vagas disponibilizadas por aposentadorias.

Na sexta-feira, 24, o Comando Local de Greve de Cuiabá irá até Sinop para debater a pauta dos docentes daquele Campus.

A pauta interna da greve de 2015 que será protocolada pelo Comando Local de Greve de Cuiabá será formada pelas reivindicações dos professores da capital, do Araguaia e de Sinop.

*Luana Soutos
Assessoria de Imprensa do Comando Local de Greve da Adufmat-Ssind*



Na última quarta-feira, dia 22, os SPF's realizaram uma grande marcha em Brasília, com concentração às 9h, em frente à Catedral. Os manifestantes percorreram a Esplanada dos Ministérios até o Palácio do Planalto, onde buscaram audiência junto à Secretária Geral da Presidência da República, para que esta interfira no processo de negociação. Após a passeata, foi realizada uma reunião ampliada do Fórum dos SPF's. Na tarde deste mesmo dia, houve reunião entre o ANDES-SN e a SRT/MPOG.

Fonte: ANDES-SN

COMANDO LOCAL DE GREVE ENTREGA MATERIAL PARA PROFESSORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DA UFMT



No dia 08/07, membros do Comando Local de Greve (CLG) docente da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) entregaram mais de 200 quites com cartilhas informativas sobre greve, assédio moral, precarização, entre outros, para professores em estágio probatório. Além do material, os professores Roberto Boaventura e Reginaldo Araújo falaram na abertura do “Curso Docência no Ensino Superior”, organizado pela universidade.

“Os integrantes da mesa de honra são todos sindicalizados, incluindo a reitora da universidade [ausente na ocasião], porque entendem a importância do Sindicato”, disse Boaventura, ao informar os novos docentes sobre a greve. Ele falou sobre a ofensiva dos últimos governos na retirada de direitos dos servidores públicos e como os sindicatos têm resistido.

Em sua fala, o presidente da Associação dos Docentes da UFMT (Adufmat - Ssind), Reginaldo Araújo, reforçou o convite para sindicalização dos professores e afirmou que a carreira docente só será valorizada com a união de todos.

*Luana Soutos
Assessoria de Imprensa do Comando Local de Greve*

Atividade cultural para pensar a greve

O Comando Local de Greve está organizando para o dia 06/08 o primeiro Balanço de Greve de 2015. O evento terá apresentações musicais e espaço para intervenções culturais e artísticas. Atividades como essa também são importantes para confraternização e troca de ideias entre os grevistas e pessoas solidárias ao movimento.



24/07 - Reunião com representantes locais das entidades que compõem o Fórum Nacional dos SPF's.

24/07 - Viagem a Sinop para construção da pauta local.

28/07 às 9h - Debate: Análise de conjuntura e o mundo do trabalho.

30/07 às 9h - Debate: O Sindicalismo e seus desafios.

31/07 às 8h30 - Assembleia geral para escolha de delegados para o CONAD e análise de conjuntura.